

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Francisco Espedito Diniz (1); Bruna Victória de Souza (2); Orientadora: Sheila Beatriz da Silva Fernandes (3)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte,
fc_francisco@outlook.com;

(2) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte,
brunavitoria_souza@hotmail.com;

(3) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte,
sheila.fernandes@ifrn.edu.br;

Resumo: O referido artigo discute aspectos relevantes sobre o tema da educação inclusiva e seus desafios e possibilidades para a inserção do aluno com necessidades especiais em sala de aula regular. Destacamos assim, um breve histórico da educação inclusiva e seus avanços na educação brasileira, os desafios da inclusão desses alunos em sala de aula, as possibilidades da inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola/sala de aula, os benefícios para os envolvidos, e a importância do atendimento educacional especializado (AEE). O presente artigo tem por finalidade aprimorar os debates sobre a educação inclusiva no Brasil, levando o leitor a refletir acerca dos desafios e possibilidades de inserção do aluno com necessidades especiais no ensino regular, a partir da apresentação de resultados obtidos através de estudos sobre a temática. Para tanto por meio de uma pesquisa bibliográfica buscamos conhecer e ampliar as informações acerca do processo da educação inclusiva ao longo do seu percurso, do seu início aos dias atuais. A inclusão, no entanto, deve ser vista como uma oportunidade de inserir todos os alunos de forma igualitária nas instituições de ensino, sendo preciso um apoio coletivo dos governantes, das instituições filantrópicas, dos gestores, pais e dos docentes que estão em contato direto com os alunos, além do apoio do Atendimento Educacional Especializado, facilitando assim, o processo de inclusão.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Desafios; Educação inclusiva; Ensino.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva dentro do ensino regular ganhou espaço nas últimas décadas no Brasil, tendo em vista nos ambientes escolares grande diversidade de gêneros e pessoas, cada uma com suas características próprias que devemos acolher, aceitar e respeitar as diferenças. Contudo, deve ser feito, desde a implantação da declaração de Salamanca (1994) baseada em princípios de políticas educacionais para a educação especial, encontramos muitos desafios a serem superados pelos alunos com necessidades especiais, dentre os quais destacamos acessibilidade, aceitação da escola, do professor alegando não ter estruturas para receber esse aluno, dos pais de alunos com ou sem necessidades afirmando baixo índice de aprendizagem e o último ponto que consideramos fundamental, o acompanhamento e avaliação desse aluno.

Apesar das inúmeras resistências abordadas acima, a inclusão de alunos com necessidades especiais na sala de aula traz muitos benefícios para o desenvolvimento humano,

pois além de permitir sociabilização entre diversos públicos, potencializa suas habilidades e resgata o que chamamos de “valores sociais fundamentais” combinando a igualdade de direitos e oportunidades.

É de grande importância a oportunidade de poder descrever este trabalho como uma atividade significativa para a prática pedagógica do professor, em que estes devem estar preparados para promover a inclusão e conscientes dos diferentes públicos que vão enfrentar no ambiente da sala de aula.

Nessa perspectiva estudar a educação inclusiva é indispensável, pois presenciamos avanços significativos no que se diz a respeito à diversidade humana e garantia dos direitos, nos quais devem ser respeitados e assegurados na lei a cada indivíduo independente da classe social, etnia, cor ou religião.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, que consistiu na leitura e análise de artigos científicos publicados em revistas e periódicos, documentos normativos e legislações referentes a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola, mais precisamente na sala de aula do ensino regular.

A pesquisa bibliográfica se define por “procurar explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses”. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p.60). Nessa perspectiva, pretendeu-se analisar os principais artigos disponibilizados em base de dados científicos, relacionados a inclusão desses alunos com necessidades especiais e como ocorreu esse processo.

Inicialmente, a pesquisa foi realizada nos seguintes momentos: busca de forma minuciosa por artigos sobre a temática em periódicos e revistas, sendo possível perceber poucos trabalhos na área por ser um assunto pouco abordado nas escolas, em seguida foi feita a escolha e análise dos artigos sobre os desafios e possibilidades da inclusão de alunos com necessidades especiais na sala de aula.

A análise dos artigos partiu do contexto histórico da educação inclusiva, a inserção dos alunos com necessidades educacionais na sala de aula, e as contribuições do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento do discente, assim como os seus avanços na educação brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS AVANÇOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação pode ser definida como o processo que engloba o ensinar e o aprender. Em outras palavras, significa o meio pelo qual transfere o que sabe; o conhecimento, costumes e valores de uma geração para outra. O direito à educação nos dias atuais é assegurado pela Constituição Federal (1998) e documentos que regem a educação brasileira como a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)*, porém antigamente não era um direito de todos, pois as pessoas de classe social inferior ou portador de alguma necessidade especial eram excluídos desse processo.

Nos séculos XVII e XVIII no Brasil, as pessoas com deficiência física, intelectual ou motora eram ignoradas, rejeitadas pela sociedade e família, e na maioria das vezes abandonadas ou direcionadas a locais que acolhiam os mesmos. Assim, como pontua as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 19):

Os indivíduos com deficiências, vistos como “doentes” e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando, no imaginário coletivo, a posição de alvos de caridade popular e da assistência social, não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito a educação. Ainda hoje, constata-se a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social, principalmente do portador de deficiências múltiplas e graves, que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas de aprendizagem.

Nesse contexto, os portadores de necessidades especiais eram privados do convívio familiar e social, sendo internados em manicômios ou cuidado por pessoas que faziam caridade, ou seja, eram vistos como um ser sem direitos, excluídos do mundo, longe da inclusão e da vida social.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), outros grupos também são discriminados como é caso das crianças superdotadas e as com dificuldades de adaptação provindos de síndromes ou de atrasos no desenvolvimento. Surge assim no Brasil a educação especial com caráter terapêutico e assistencialista com objetivo de promover o bem-estar para essas pessoas. Nessa perspectiva, Jannuzzi (2004, p.34):

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando a peculiaridade desse

alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação geralmente particular a partir de 1500, principalmente, tudo isso no conjunto da educação geral na fase de incremento da industrialização do BR, comumente intitulada de substituição de importações, os espaços possíveis deixados pelas modificações capitalistas mundiais.

Contudo percebe-se que mesmo de forma indireta o governo começa a se preocupar e a financiar entidades responsáveis por promover a inclusão dessas crianças na sociedade. Surge assim movimentos como Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e novas escolas com perfil especial.

Anos mais tarde por volta dos anos 60 surge as escolas especiais com objetivo de promover atendimento especializado para esse público. Em 1854, o Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant - IBC e em 1857, Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES, ambos no Rio de Janeiro.

Ao longo das discussões sobre a temática em questão muito se tem discutido o desejo de tornar a educação cada vez mais inclusiva, de acesso e direitos a todos. Aos poucos constrói-se o conceito de inclusão e com isso os avanços são perceptíveis, pois documentos que norteiam a educação do Brasil como: a constituição de 1988, a declaração de Salamanca, e a LDB além de outros, vem reafirmar o compromisso com a igualdade de direitos para todos.

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA/SALA DE AULA

Deparamo-nos com frequentes debates sobre a necessidade de inclusão dos alunos com necessidades especiais no ambiente escolar/sala de aula. Os desafios da inserção desses alunos vêm acompanhados de questionamentos na maioria das vezes, permeados de estigmas e medo para não dizer de frustrações e preconceito. Com essas dificuldades, muitos dos profissionais envolvidos acabam-se esquecendo do seu papel e reforçando o preconceito, dificultando assim a aceitação dos discentes com necessidades diferenciadas.

Nessa perspectiva, muitos professores trazem questionamentos acerca da falta de preparação de ambos para receber esse público. Alguns questionamentos são elencados por esses profissionais a respeito da inclusão como por exemplo: "não sei por onde começar", "vai prejudicar os outros alunos", "preciso de assessoramento em sala de aula, tanto para os com

deficiência quanto para os de altas habilidades", "necessitamos treinamento específico", "como realizar atividades diversificadas para o aluno especial", "como avaliar o aluno".

Com esses discursos muitas vezes proferidos de forma inocente ou descontextualizados, os profissionais envolvidos acabam-se esquecendo do seu papel e reforçando o preconceito, dificultando assim a aceitação dos discentes com necessidades diferenciadas. Assim para Sasaki (1997, p. 41) inclusão seria:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...). Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Nessa perspectiva, entende-se que as escolas têm por objetivo se adequar a realidade do aluno, afim de promover uma participação efetiva no processo de ensino-aprendizagem, permitindo a construção do conhecimento de forma igualitária, atendendo as necessidades e respeitando as limitações de cada indivíduo. Partindo desse pressuposto, sabemos que cada criança possui ritmos de aprendizagem diferente, no qual devem ser respeitados e orientados por profissionais capazes de enxergar a necessidade como algo normal e não como indiferença, pois é preciso mostrar ao aluno, que mesmo com as suas dificuldades, é possível aprender.

POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA/SALA DE AULA E OS BENEFÍCIOS PARA OS ENVOLVIDOS

Promover a inclusão hoje, é um grande desafio em nossa sociedade, pois vivemos em uma época que o respeito as diferenças têm surgido como uma reivindicação por uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Nesse sentido, a ideia de inclusão social tem como objetivo, acolher a diversidade humana nos diversos ramos de atividades, “estruturando-se para atender às necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados” (WERNECK, 1999, p. 108).

Quando tratamos da educação inclusiva de crianças com necessidades especiais, percebemos que o grande número de alunos com essas necessidades vem crescendo cada vez mais, e com isso, entendemos também que o preconceito, a falta de informação e

conhecimento dessas leis que amparam essas crianças, ajudam a deixar um número bastante significativo de crianças fora da escola.

Sabe-se que o processo de educação inclusiva não se preocupa somente com os alunos de necessidades especiais, mas valoriza as diferenças presentes em todos os educandos, pois deve haver a busca de uma educação de qualidade que esteja preocupada em desenvolver as potencialidades de todos os discentes. Desse modo, Mantoan (1998, p.3) afirma que:

[...] uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares.

Assim, a educação inclusiva, deve ser de fato um processo inclusivo, incondicional para todos, pois é preciso aceitar o diferente como diferente, sendo necessário elaborar atividades pedagógicas diferenciadas e dessa maneira, construir um ambiente rico e diverso, respeitando os talentos e habilidades de aprendizado de cada aluno.

Nesse sentido a educação inclusiva concebe a escola como um local aberto à diversidade, pois o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola decorre da possibilidade de conseguir progressos que sejam significativos para esses alunos, de modo que essas crianças interajam com as outras crianças que não são identificadas como especiais, havendo assim, uma troca mútua de conhecimento. A respeito disso, Rapoli *et al* (2010, p.8) comenta que a:

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças!

Todos os dias o professor é desafiado por seus alunos, pois o educador é levado a olhar para cada aluno seu, já que cada um tem sua particularidade, ou seja, cada um tem habilidades diferentes de aprendizagem.

Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no ensino fundamental. Entre outras inovações, a inclusão implica também em uma outra fusão, a do ensino regular com o especial e em opções alternativas/aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral (BELISÁRIO, 2005, p. 130).

É preciso, portanto, entender as necessidades das pessoas com deficiência, e lidar com essas indiferenças individuais, e assim criar vínculos afetivos de amizade e respeito, para que estes, sintam-se acolhidos, contribuindo assim, para o seu desenvolvimento cognitivo. É importante ressaltar que a comunidade escolar, a família e as pessoas com necessidades especiais estejam cada vez mais unidos no intuito de promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

Um dos grandes avanços da educação especial no Brasil foi a implantação no ano de 2008 do AEE – Atendimento Educacional Especializado, visando dar suporte para os alunos deficientes e facilitar o acesso ao currículo. Em outras palavras, o AEE é um serviço da educação especial que "[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008).

O AEE não tem como função substituir o ensino regular, mas sim complementar a formação dos alunos com necessidades especiais, visando autonomia desses discentes dentro e fora da escola. Conhecida também como sala de recursos multifuncional, atende preferencialmente alunos matriculados na rede regular de ensino dentro do espaço físico da escola, sendo assim parte integrante do projeto político pedagógico da escola.

São atendidos, na sala multifuncional ou AEE alunos público-alvo da educação especial, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008.

- Alunos com deficiência: aqueles [...] que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. (MEC/SEESP, 2008).

- Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (MEC/SEESP, 2008).

Nessa perspectiva, o motivo principal do AEE nas escolas de ensino regular é possibilitar ao aluno mais um auxílio para sua formação, atendendo as suas especificidades e possibilitando maior interação entre os profissionais e outros alunos com deficiência. Esses avanços além de proporcionar maior comodidade aos alunos, propicia aos pais a viverem uma experiência inclusiva de desenvolvimento e escolarização dos filhos, evitando recorrer a outros espaços fora da escola.

CONCLUSÕES

Constatamos que a educação inclusiva é um processo em desenvolvimento que deve oportunizar reflexões, e conseqüentemente, ações concretas e eficientes que contribuam na prática dos professores que atendam as demandas dos alunos com necessidades especiais. Vale salientar que a educação inclusiva no Brasil teve avanços significativos com a implementação dos documentos norteadores da educação, abrindo assim, caminhos para a inserção destes alunos em sala de aula.

Contudo, é questionável analisar como ocorre esse processo de inclusão na escola e/ou sala de aula, pois para que ocorra a inclusão escolar, é necessário haver uma mudança da concepção de incluir, e não apenas de inserir o aluno no ambiente escolar, mas reconhecer que esse processo deve ocorrer na prática, desde a disponibilidade de recursos e de estruturas adequadas das escolas para o atendimento dos mesmos, assim como também a aceitação das famílias e professores. Assim, estamos contribuindo para o desenvolvimento educacional do nosso país, promovendo uma educação igualitária, justa, e respeitando o outro nas suas particularidades.

REFERÊNCIAS

BELISÁRIO, J. Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC, SEESP, 2001. CARVALHO, Rosita Elder. O Direito de Ter

Direito. In: Salto para o futuro. Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEEP, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

MANTOAN, Maria. Teresa. E. *Análise do documento – Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações curriculares/estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.* FE/UNICAMP: 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

RAPOLI. Edilene Aparecida. *et al.* **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** A escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

WERNECK, Cláudia. **Quem cabe no seu “Todos”?** Rio de Janeiro: WVA, 1999.